

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO CORPO – DO GROTESCO AO ABJETO

Tamires Tolomeotti Pereira

Profa. Doutoranda Fabiana Aparecida de Carvalho

Departamento de Biologia (DBI)

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO

O presente trabalho, decorrente de uma pesquisa sobre a (des)inscrição de corpos abjetos nas pedagogias culturais, objetiva apresentar notas sobre as representações e ideários acerca do corpo inventadas e construídas na história ocidental. Segundo Foucault (1987), cada época constrói a sua episteme, que instaura e coloca em circulação conhecimentos que dizem sobre as pessoas e seus modos de ser. Pretende-se, genealogicamente, debater conhecimentos sobre corporeidades e vivências corporais. Discutimos algumas visões de corpo: a) na Antiguidade Clássica: do campo mítico à construção dos aspectos filosóficos de racionalidade e beleza; b) as regras e preceitos impositivos da dualidade corpo e alma na Idade Média; c) a construção anatômica no Renascimento e a objetivação cartesiana do corpo; d) a constituição dos corpos e das sexualidades desviantes do Século XIX; e) a abjeção e corpos *queer* na contemporaneidade. Os argumentos apontados pretendem lançar luz a algumas discussões sobre o ensino do corpo humano na escola e em outras pedagogias culturais.

Palavras-chave: História do Corpo; Abjeção; Ensino de Ciências.

INTRODUÇÃO

- Este é meu rosto – disse Rhoda – no espelho por trás do ombro de Susan; este rosto é o meu rosto. Vou agachar-me atrás dela para ocultá-la, pois não estou aqui. Não tenho rosto. Outras pessoas têm rostos; Susan e Jinny têm rostos; estão aqui. O mundo delas é um mundo real. As coisas que elas soerguem, têm peso. (WOOLF, 2011, p.47)

Realização:



Apoio:



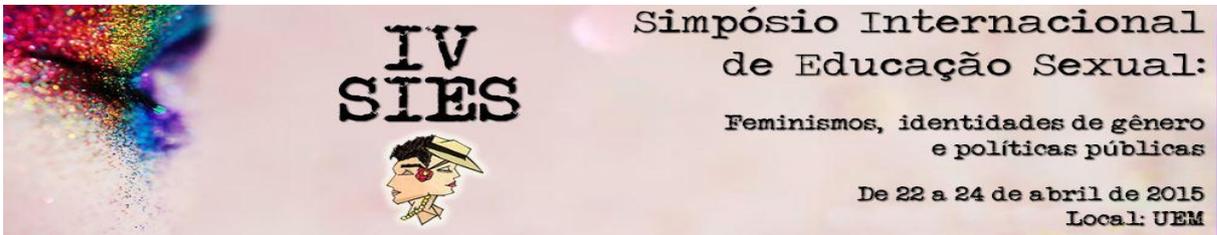
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Ao longo da narrativa do romance “As Ondas”, de Virgínia Woolf, a personagem Rhoda soa como eco dos corpos que não têm peso, não habitam, não se enxergam no espelho, porém residem à espreita e à sombra de outros corpos (os considerados normais) que soerguem peso e possuem uma materialidade considerada. Esta epígrafe dialoga com o meu (não) objeto de estudo... Esbarra em minha insistência, como mulher, lesbiana e como professora de biologia¹, em querer ressignificar esses corpos nem sempre situados legitimamente e com corporeidades que têm o direito de existir.

Existe uma episteme para os corpos diferenciados? Corpos que fogem de normas e padrões impostos ora pela cultura hegemônica, ora pela gama bio-fisiológica dos discursos médicos? A anatomia ainda formata sinas e destinos para as pessoas? Indagações... Dúvidas... *A-na-to-minhas* no fazer pesquisa e colocar em evidência o corpo abjeto e grotesco não considerado no campo do Ensino de Ciências e Biologia.

Responder a estas perguntas é embrenhar, também, num tempo histórico, esparso e que se estilhaça em traços epistêmicos arrastados para os dias atuais. Assim, os corpos sem rostos e sem peso são os corpos, em diferentes períodos da cultura ocidental, feitos ou desfeitos em práticas que lhes atribuíram sentidos, corporeidades e o direito de serem ou não reconhecidos culturalmente.

Vale dizer que essas práticas possuem uma centralidade cultural (HALL, 1997) e são responsáveis, em toda temporalidade, pela produção de representações, de artefatos, de saberes e de conhecimentos que circulam em diversos meios e se decantam junto aos demais discursos de instituições sociais como a escola.

Preocupa-nos, enquanto educadoras, deslocar alguns argumentos e apontar discussões, neste texto, sobre a materialidade dos corpos humanos, sobre suas padronizações e sobre as relações de inclusão/exclusão dos corpos abjetos na escola e em outras pedagogias culturais.

¹ Em alguns momentos do texto nos colocamos na 3ª. pessoa do plural para contemplar tanto a dinâmica da pesquisadora quanto da orientadora da pesquisa.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



O CORPO: TENSÃO ENTRE O SUBLIME E O GROTESCO

- Poderíamos alterar-lhe as proporções, fazê-lo sobre-humano...
- Fazê-lo humano é o supremo desafio (VIEIRA, 2001, p. 48).

O que faz de um corpo um ser humano?

O corpo e as corporeidades nunca possuíram uma história natural. Cada época perfaz uma visão do que ele seja e também de seus atributos. Pensando com Michel Foucault (1987), podemos dizer que a visão sobre o mundo e os discursos que os nomeia são contingentes, vinculadas a epistemes ou regimes de verdade que fazem circular, dentro de cada sociedade, o que é aceito ou não, o que é norma, padrão ou não, e o que pode ser dito e ensinado ou não sobre as coisas. Assim, dentro desses efeitos discursivos encontram-se redes de significações e dispositivos que também atravessam e produzem os corpos e as corporeidades.

Considerando a constituição e a disseminação de discursos sobre o corpo humano, sobre suas funções biofísicas e mesmo sobre suas representações nos diferentes períodos de evolução cultural da humanidade, assinalamos relações de poder e regimes de verdade que operaram diferenças e tensões entre o corpo considerado normal e o anormal.

Nesse sentido, fazer-se aceito como humano no mundo ocidental passa por múltiplas coerções que produz efeitos regulamentados de poder; múltiplas cisões e contradições entre visões místicas, filosóficas, religiosas, anatômicas, médicas, jurídicas, econômicas ou psicanalíticas. Toda sombra só existe em função de uma luz... Todo corpo aceito em uma dada época se estabelece em um regime de verdade em discursos, tecnologias e procedimentos que tem o estatuto de dizer que algo é válido e correspondente ao verdadeiro. Diante dessa afirmação, podemos

Realização:



Apoio:

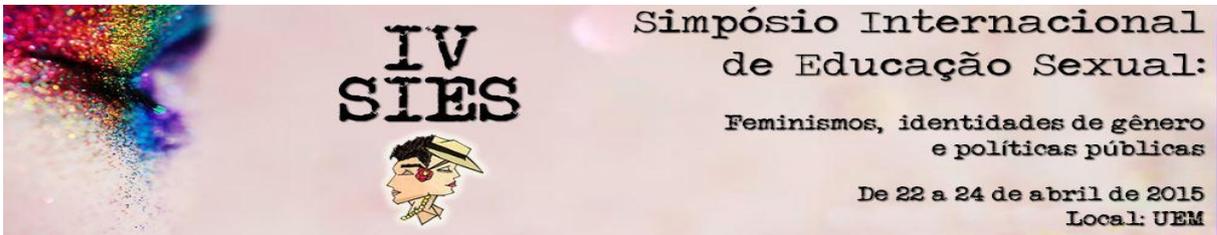


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





dizer que o corpo dito perfeito só existiu ou existirá à custa de um corpo rechaçado, excluído, ignorado, desmaterializado pelos discursos e ininteligível culturalmente.

Para o recorte de alguns regimes de verdade trazidos aqui neste trabalho, passaremos da Antiguidade Clássica à visão contemporânea sobre as (i)materialidades que fazem das pessoas corpos aceitos ou não. Traremos fragmentos não convencionais que não se reportam somente a uma biologia ou a uma concepção metafísica da existência dos seres humanos, mas que dizem de condições que vieram a determinar tecnologias, práticas e modos de subjetivação para as pessoas.

Compreendemos que a cisão corpo-cultura-natureza desliza em tempos remotos e não somente com a produção de conhecimento a partir da idade moderna, do iluminismo e dos dias atuais. Na acepção epistêmica, Foucault (1987) considera que discursos e enunciados não se separam das dimensões institucionais, econômicas e subjetivas e, tão pouco, se perdem no tempo, como se de uma época ou episteme à outra houvesse um rompimento abrupto. Alguns elementos discursivos, dentro dessa lógica, ecoam de muitos momentos históricos e esquadriham as pessoas e os corpos em princípios fundadores, em posições sociais e em normas de regulação e controle que foram selecionadas, organizadas e disseminadas por certo número de procedimentos que excluíram materialidades corporais possíveis.

Partimos, então, da Grécia.

Nessa civilização, a substituição gradativa de um mundo explicado pelos mitos e fenômenos da natureza, prática dos homens pré-históricos e pré-helênicos, exigirá um reposicionamento do antigo corpo mítico, xamânico e fundido às forças animais e divinas. A filosofia, inaugurada no final do período Arcaico (VII a V a.C), exigirá a reinvenção do corpo ao eliminar as condutas, comportamentos e traços físicos - antes brutais e animais - em função da idealização solicitada nas cidades que começavam a se despontar (primeiros as menores e periféricas e depois as grandes cidades-Estados). O corpo cidadão seria, também, um corpo da

Realização:



Apoio:

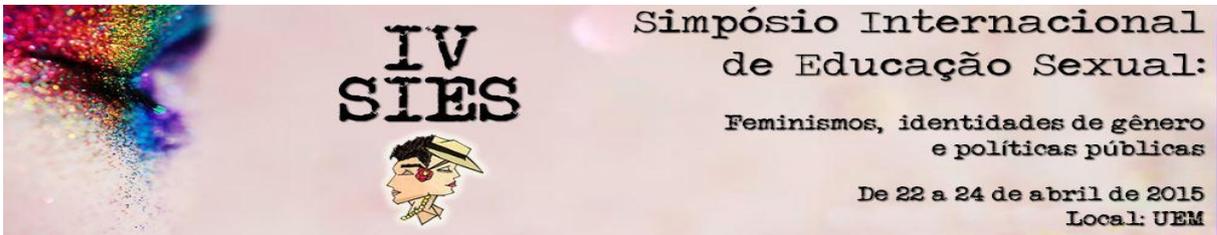


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





escrita recém descoberta, um corpo do qual forças e ideologias poderiam narrar, inscrever e explicar.

Conforme explica Ieda Tucherman (2012), essa mesma cidade que nos inaugura na tradição ocidental, marca o nascimento de uma relação de exclusão, expressa pela tradição pitagórica e filosófica em se recusar a participar dos ritos de sacrifício e da proximidade com a morte, antes celebrada como parte dos direitos e deveres do cidadão. A vida na Pólis determinou e legislou sobre a vida do corpo: o corpo natural, ritualizado e individualizado passa, desde então, a ter um caráter coletivo, regimental, geométrico e público.

Os pitagóricos foram os primeiros na história humana, se nossas indicações forem confiáveis, a ter-se recusado, de maneira tão coerente, a instalar as bases do seu sistema simbólico na aceitação mental da morte e na ingestão física da carne e, concomitantemente a esta recusa teórica e prática, desenvolveram um sistema de conhecimento novo, cujos elementos de aritmética e geometria emprestados do Egito eram reinterpretados numa visão global, coerente, que tinha por fundamento um **sistema de oposição binário [...]** (TUCHERMAN, 2012, p.33, grifo nosso)

Dentro dessa idealização, surge um conjunto disciplinado de regras normativas pautadas pelo fortalecimento do intelecto, pela ginástica, pela ética e pela política que levaram a práticas de domínio de si. O corpo belo era o corpo que exercia um domínio sobre si e sobre os outros (FOUCAULT, 1985); um corpo a ser admirado e, ao mesmo tempo, capturado, por uma assim dizer, numa espécie de “civilização da vergonha” (TUCHERMAN, 2012) ou dentro de regimes de verdades.

Nesse sistema de regras determinantes dos corpos e das pessoas, a exposição do corpo nu e belo foi aceita e disseminada por todo o período Clássico (final do Século V e Século IV a.C).

A nudez do corpo exposta, racionalizada pelas regras da beleza, incitou muitXs gregXs a engendrar um imaginário também ligado ao sexo, por exemplo, da diferenciação sexual através de variações de temperatura que regulamentariam o sexo biológico dos fetos em machos (fetos dotados de aquecimento); fêmeas (fetos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



desprovidos de aquecimento); efeminados (fetos pouco aquecidos) e mulheres masculinizadas (fetos muito aquecidos). Dessa forma, assinalaram-se os primeiros passos para que a fisiologia fosse um marcador de diferenças usado, historicamente, para controlar e subordinar os outros corpos humanos (TUCHERMAN, 2012).

Concomitantemente às verdades sobre o corpo gímnico, as bases das práticas médicas, por quase dois mil anos de história, ancoraram-se em Hipócrates e na obra *Corpus hippocraticum*, escrita entre os Séculos V e IV (CASTRO e LANDEIRA-FERNANDEZ, 2011). Sob a influência desse tratado médico, Platão formularia as primeiras reflexões sobre a dualidade corpo/alma herdeira da oposição binária arcaica. Estabelece-se, a partir daí, a ideia de que a alma - uma entidade metafísica e imortal - seria superior ao corpo - um objeto menor, tido como receptáculo do espírito e pertencente ao mundano e ao perecível (PINTO e JESUS, 2000).

Essa concepção perdurou e se disseminou até a tomada das cidades-Estados por Roma (146 a.C) e durante toda a expansão do império dos césaes.

A partir da derrocada do politeísmo e com a ascensão gradual do cristianismo no mundo românico, o culto ao corpo cedeu lugar a uma aversão/negação radicalizada pelas religiões gnósticas e pelo monoteísmo cristão. Esse período foi caracterizado por uma episteme diferente que singularizou o corpo, não pelo abandono da dualidade alma-corpo, mas, sim, pela incorporação da ideia de ressurreição e da ideia de que ele seria invólucro para o santo espírito de Deus. Logo, seria o corpo uma entidade a ser martirizada para a purificação e para a vida pós-morte. Essa concepção se estendeu por quase toda a idade média levando os corpos a se articularem à ideologia da expurgação e as pessoas a se exporem a doenças, padecimentos e pestes para a limpeza de suas imperfeições e pecados.

[...] Jamais se vira peste tão fatal e tão terrível. O sangue era a sua encarnação e o seu sinete: a vermelhidão e o horror do sangue. Aparecia com agudas dores e súbitas vertigens, seguindo-se profusa

Realização:



Apoio:

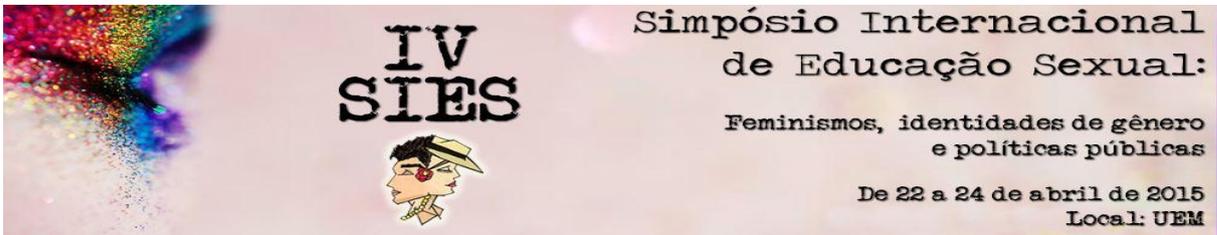


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





sangureira pelos poros e a decomposiçao. Manchas escarlates no corpo e sobretudo no rosto da vıtima eram o anatema da peste, **que a privava do auxılio e da simpatia de seus semelhantes.** [...] (POE, 2011, p.17, grifo nosso)

Essa alegoria de Edgar Allan Poe nos permite uma aproximaçao acerca dessa incorporaçao da doutrina cristã da concupiscençia da carne, de doençias, de perecimentos e de pecado que agregou ao corpo os estigmas de asco, nojo e repulsa.

Para esses portadores da peste não sobriam outros espaços alẽm dos da exclusao e do distanciamento. Sob o estigma da doençia e do estranho, implantou-se, tambẽm, o caminho para se fixar a noçao jurıdica do corpo desviante e impuro como corpo monstruoso. O monstro da Idade Mẽdia, entretanto, foi um hıbrido entre animalidade e humanidade, tendo contemplado a mistura de duas espẽcies, de dois indıvıduos, de duas partes iguais em um s3o corpo, de dois sexos - intersexo. Morte e vida acabaram por se fundir monstruosamente para transgredir os limites naturais do corpo e das classificaçoes, provocando desestabilizaçoes “[...] onde a desordem da lei natural vem tocar, abalar, inquietar, o direito, seja o direito civil, o direito can3nico ou o direito religioso [...].” (FOUCAULT, 2001, p. 79).

Para Foucault (2001), essa desordem da natureza abalou o plano jurıdico porque foi um enigma às instâncias do direito. Na arqueologia das anomalias, essa monstruosidade ganhou destaque justamente porque foi o princıpio da inteligibilidade tautol3gica de todas as formas de anomalias a serem desenvolvidas nos s3culos seguintes.

Algumas vezes, entretanto, corpos monstruosos foram privilegiados, como, por exemplo, o homem bestial (FOUCAULT, 2001), que era considerado um misto de dois reinos; outros, como os intersexos, não tinham a mesma sorte. O corpo intersexo foi atravessado por marcaçoes religiosas e interditos sendo, muitas vezes, condenado à execuçao e à fogueira por se acreditar que os dois sexos estavam fundidos ao se ter relaçoes carnis com Satanás. Na reificaçao do corpo maligno e

Realizaçao:



Apoio:

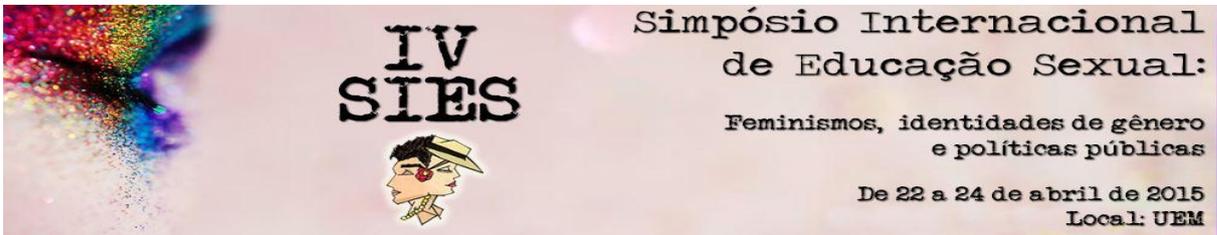


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educaçao



Patrocınio:





condenado, o diabo, para a igreja, passou a ser um significante flutuante e propulsor de uma coesão social monstruosa e passível de gerar medo;

[...] o corpo diferente ou monstruoso, o princípio do contágio e da criação dos guetos, o extermínio de grupos e o exercício dos sacrifícios públicos exemplares e a própria atuação dos homens no seu cotidiano neste mundo terrestre são formas de relação desta figura e, não sem motivo, refletem-se num afastamento também imaginário, da imagem do corpo 'à imagem e semelhança' do Senhor. [...] (TUCHERMAN, 2012, p.59)

Essa preocupação em livrar o corpo de monstruosidades e dos estigmas (que distanciavam os seres humanos da semelhança divina) também possibilitou à igreja a instalação de práticas confessionais. O confessionário tornou-se, dentro de uma pastoral da confissão, uma prática regulatória e uma técnica valorizada para perscrutar os pequenos e sujos segredos do corpo, da impureza do sexo, das perversões e das culpas, produzindo verdades que se inscreveram no cerne dos processos de individuação do poder (FOUCAULT, 1999a). A moral confessional sobre o corpo foi, subsequentemente, incorporada à análise científica ao longo dos séculos seguintes. Com a perda do poder eclesiástico durante o Renascimento e o fortalecimento paulatino da burguesia, a reabilitação do corpo foi facultada no distanciamento da visão religiosa e na aproximação junto aos discursos científicos. Se o corpo pareceu ganhar autonomia quando se distanciou dos discursos religiosos foi para ser capturado por outra doutrina detentora do conhecimento racional e incontestável: a ciência racional.

Pela ciência, escrutinamente, o corpo passou a ser (re)significado dentro do campo anatômico a partir do Século XVI. O que era oculto nos organismos e na fisiologia humana tornou-se consumível, descritível, narrável com as técnicas de dissecação popularizadas nos tratados de Vesálio. O *De humani corpori fabrica* estabeleceu o marco simbólico moderno da dualidade sujeito e corpo e do império descritivo sobre os corpos. A anatomia, desde então, passou a ser sina interpretativa para a corporeidade das pessoas.

Realização:



Apoio:

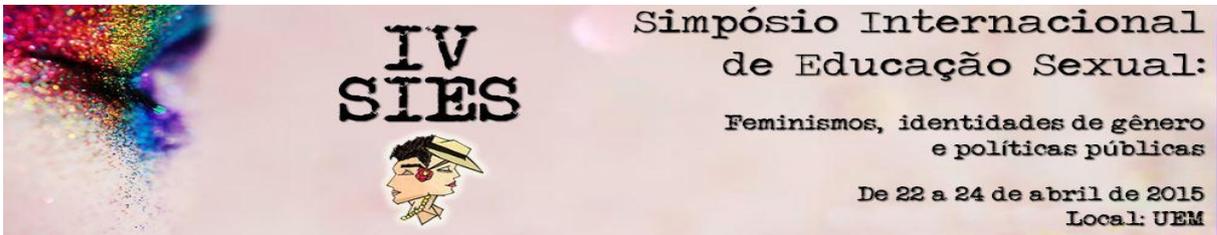


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Posteriormente à Vesálio, os estudos de William Harvey, no século XVII, postularam a via venosa do corpo, estabelecendo o fluxo circulatório em termos de um aparato mecânico onde o sangue seria bombeado do coração para artérias e retornaria ao coração pelas veias. Às vésperas da Idade Moderna, o corpo humano abandonou o status natural e religioso e passou, na ordem de uma economia produtiva e fisiológica, a ser encarado como máquina racionalmente operada pelo cogito cartesiano. Nas palavras de Descartes (apud CAPRA, 1995, p. 57):

[...] 'Considero o corpo humano uma máquina. [...] Meu pensamento [...] compara um homem doente e um relógio mal fabricado com a ideia de um homem saudável e um relógio bem feito'. [...]

Tal concepção mecanicista se estendeu por diversas áreas do conhecimento científico como a história natural e, a medicina, que se encarregaram da descrição dos mecanismos regulatórios do organismo. Numa época em que a episteme e a verdade sobre as coisas incorporaram a racionalização do mundo, a anatomia estudou, classificou, nomeou e analisou partes orgânicas numa operação que dividiu para conquistar e governar, designando um novo valor aos corpos, que passaram a ser vistos como órgãos e sistemas estruturados em funções específicas. Os efeitos dessa episteme, impulsionados pelo racionalismo e pelo positivismo científico, perduram até a atualidade e se dispersam por artefatos culturais (livros, manuais de ensino, etc), respaldando, também, uma visão em que o corpo é regimentado por sua fisiologia e desconectado de emoções, vivências, cotidianos, dilemas e experiências.

De Descartes até o século XIX, os saberes sobre o corpo foram determinados a partir de uma nova dualidade corpo/alma: o corpo tornou-se dispensável e a mente, sede da alma e das funções superiores, tornou-se suprema. Nessa concepção maquínica, cada vez mais compartimentada, o bem estar e a saúde dependeriam da manutenção das peças e partes anatômicas e não de uma energia vital invisível ou de uma vontade divina; o corpo se pautou como a metáfora da engrenagem, ou, da sociedade regulada precisamente. Nesse território, o

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



defeituoso, o abjeto, o grotesco seriam banidos da ordem da perfeição para dentro de espaços de reclusão ou tratamento.

Essa individualização funcional do corpo foi a base de entendimento para sua inserção no sistema de produção do capitalismo moderno, ancorada, também, em novas tecnologias de poder derivadas da medicina, da psicologia, da economia, do direito que abrem uma série de jurisprudências aos corpos, criando novos anômalos, monstros ou corpos improdutivos.

AS BIOPOLÍTICAS CORPORAIS

Dentro da condição de um objeto produtivo, o corpo passou a ser examinado, analisado, descrito, controlado e tomado por mecanismos de poder disciplinar.

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar': ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] 'Adestra' as multidões confusas' [...] (FOUCAULT, 1999b, p.143).

Pode-se dizer, então, que a prática discursiva da anatomia agiu como uma maquinaria de poder político ou de biopoder (FOUCAULT, 1999a), tanto no corpo pessoal quanto no corpo populacional, tornando-os dóceis, submissos e, conseqüentemente, úteis.

Nessa vontade de verdade, as disciplinas e regulações estabeleceram a noção de corpo doente ou improdutivo - rótulo depositado em crianças masturbadoras, mulheres histéricas, desviantes sexuais (homossexuais), nos fora das condutas familiares de procriação e naqueles que foram psiquiatrizados como perversos.

Muitas biopolíticas corporais foram responsáveis (Séculos XVIII e XIX) por um estatuto da monstruosidade criminosa que transgredia as leis naturais e jurídicas. Nesse contexto, corpos e sexualidades desviantes não caberiam mais nos estatutos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



biológicos; criou-se uma monstruosidade jurídico-moral que condicionou os corpos a serem corrigidos. Essa nova noção de monstruosidade construirá o anormal do século XIX, aquele considerado esquisito, deformado e aquele que desliza das normas naturais: o ser anômalo herdeiro do monstro, do incorrigível e do masturbador (FOUCAULT, 2001).

Esse poder de normalização para as pessoas e para as populações foi essencialmente aplicado à sexualidade. A categoria do sexo, portanto, é normativa e também parte de uma prática reguladora que produz os corpos que governa. Logo, para a episteme do Século XIX e para a sociedade industrial e capitalista, o sexo e a sexualidade tornaram-se dispositivos históricos e normas pelas quais os corpos e os sujeitos se tornam viáveis.

Uma vez que o sexo fosse compreendido em sua normatividade, a materialidade não poderia ser pensada fora dela e fora da norma que padronizaria os corpos, os sexos, as sexualidades e os gêneros assegurando quais identidades podem ou não ser reconhecidas e inteligíveis dentro desse regime de verdade (FOUCAULT, 1999a; BUTLER, 2000).

É justamente nessa matriz excludente pela qual os sujeitos são/foram formados, obrigatoriamente, que se produz outro polo: o do domínio de seres e corpos abjetos, ou seja, aqueles que ainda não são sujeitos, mas que são necessários para que o sujeito da norma seja marcado².

Há algo de ameaçador nessa abjeção criada desde o Século XIX: o medo de ultrapassar a linha tênue entre o domínio do sujeito e o domínio do abjeto. Por isso, dentro dos regimes de verdade, há que se reafirmar a todo tempo o status de sujeito por meio da exclusão e da abjeção já que a materialização do sexo é intrínseca à regulação de práticas identificatórias (BUTLER, 2000).

Cabe a esses corpos que escapam ao reconhecimento e aos códigos de legitimidade, a negação ao direito a vida, pois não há significado no regime de verdade que abrigue o que não é reconhecido e ininteligível culturalmente. Para

² Dentro da visão normativa, os corpos considerados normais são sempre os marcados como: Brancos, Masculinos e Homens, Classe Média, Heterossexuais, Europeus.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Judith Butler (MEIJER e PRINS, 2002), o abjeto não se restringe apenas à visão normativa imposta às pessoas e seus gêneros, mas se relaciona a todos os tipos de corpos e vidas cujas materialidades não são consideradas importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vontade de verdade sobre os corpos, desde os gregos, deslizam-se discursos que produziram coerções e efeitos regulamentados de poder sobre as pessoas e suas corporeidades. Cada época produziu seus sistemas de discursos, tecnologias e procedimentos corporais e apontou o seu corpo normativo e o seu corpo desviante.

Na contemporaneidade, as lutas sociais pelas minorias, as teorizações feministas e as bases da teoria queer, apontam para corpos que possuem outras materialidades. Não se pode ser a sombra de corpos normais, mas os corpos desviantes estão à mercê de sistemas de poderes, ora perscrutadas ora apagados ontologicamente pelos biopoders e biopolíticas. Deslocam-se os (não)protagonistas - grotescos, anormais ou desviantes - pelo entrelaçamento de diferentes epistemes que configuram os corpos abjetos de hoje: portadorXs de necessidades especiais, idosXs, tatuadXs, obesXs, LGBTTT's, negrXs, entre outrXs, que são apagados no âmbito escolar, social, político, econômico, cultural e, em situações mais graves, têm sua execução regulamentada por valores religiosos e culturais, como os homossexuais, como as mulheres que transgridem leis ou mesmo pessoas portadoras de genes que condicionam outros fenótipos.

Enquanto um corpo marcado por diversos interstícios e considerado de professora de Biologia, preocupa-me a falta de representatividade de outras corporeidades no espaço escolar.

Realização:



Apoio:

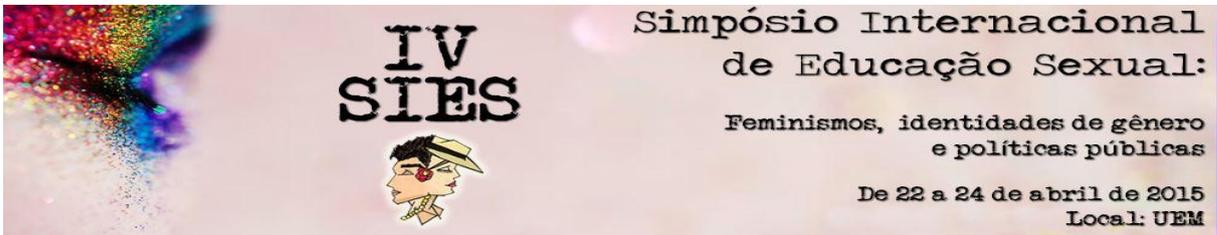


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





As (i)materialidades dos corpos abjetos não são consideradas nas escolas e em outras pedagogias culturais; tampouco, também, episódios da historiografia do corpo que, por fragmentos, trouxemos nesse artigo. Há, ainda, muitos dispositivos que incitam ao controle e à produção de modos muito específicos de perceber, conceber e transformar os corpos em valores a serem aceitos pela sociedade. Os corpos passíveis de representação, no campo científico e no campo escolar, são, ainda, os corpos anatômicos, seccionados e desprovidos de semelhança com Xs alunXs e, também, os corpos brancos, heterossexuais, saudáveis, e valorizados pela lógica da produtividade.

Essa normalidade produtiva produz uma relação antagônica para os corpos diferentes e uma marcação atrelada à saúde que constrói a obesidade como risco de morte, os fenótipos diferenciados como características limitantes, a terceira idade como sinônimo de doença, a modificação corporal como um risco etc.

Como a história das outras corporeidades pode ser incluída nas escolas? Outras significações poderiam ser pensadas a partir dos corpos abjetos?

Deslocar as epistemes sobre os corpos produzidas nas mais diferentes épocas é, pois, um exercício de presentificar os próprios discursos e representações produzidos em nosso regime de verdade e em nossas relações de poder. Em uma trilha de desconstrução, por em evidência os corpos rechaçados também é um exercício de subversão:

“[...] o excluído da significação [...], está de forma imanente produzido por e no processo de significação e, a partir daí, sua capacidade para irromper subvertendo os limites e as definições das categorias hegemônicas. [...]” (DÍAZ, 2013)

As significações podem ser outras e livres das ideologias dominantes. A abjeção, a excentricidade do corpo, o grotesco de nossa época, perturbariam e desestabilizariam a identidade determinada, o sistema, a ordem (KRISTEVA, 1985), as convenções orgânicas e discursivas sobre o corpo. Buscar outras representações, considerando o corpo histórico, generificado e abjeto, abre

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



possibilidades para outros (re)conhecimentos, significados e compreensões que não são ditados pelo anato-poder e pelas histórias hegemônicas sobre os corpos.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: GUACIRA LOPES LOURO. (Org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-168.

_____. In MEIJER, Irene; PRINS, Baukj. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.portalfeminista.org.br/artigo.phtml?obj_id=1118&ctx_cod=5.1.>. Acesso em: 01 Abr. 2015.

CASTRO, Fabiano S.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Alma, corpo e a antiga civilização grega: as primeiras observações do funcionamento cerebral e das atividades mentais. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102279722011000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Abr. 2015.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. *Sapere Aude – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543>>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *A história da sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Maria T. C. Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Os anormais: Curso no College de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Realização:



Apoio:



DTP
Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Patrocínio:



PlayBook



KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an Essay on Abjection*. Tradução de Leon S. Roudiez. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.

PINTO, Julia P. M. S.; JESUS, Adilson N. A Transformação da Visão de Corpo na Sociedade Ocidental. *Motriz*, v. 6, n. 2, p. 89-96. Jul-dez 2000. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/06n2/Pinto.pdf>> Acesso em 09 Abr. 2015.

POE, Edgar Allan. A máscara da morte rubra. Tradução de Clarice Lispector. In: _____. *Histórias extraordinárias*. Saraiva de bolso, 2011. p. 17-21.

TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. 3. ed. Lisboa: Passagens, 2012.

VIEIRA, António. *Contos com monstros*. São Paulo: Globo, 2001.

WOOLF, Virginia. *As ondas*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Novo Século, 2011.

NOTES ON BODY HISTORY – FROM THE GROTESQUE TO ABJECT

ABSTRACT

The following article, resulting from a research about the (lack of) insertion of abject bodies in the cultural pedagogies, aims to underline the representation and ideals of the body invented and constructed throughout the western history. According to Foucault (1987) each period of history build its own epistemology which introduces and puts, into circulation, the knowledge concerning people and their ways of being. The study genealogically, discusses, knowledge of corporeality and body experiences. The debate about some of body concepts present are: a) the classical antiquity period: beginning from the myths until the construction of philosophical aspects of rationality and beauty; b) the rules and imposing precepts of duality: body and soul, in the Middle Ages; c) the anatomical construction in the Renaissance and the Cartesian objectification of the body; d) the establishment of bodies and sexualities deviant from nineteenth century; e) the abjection and queer bodies contemporaneity. The arguments made intend to shed light to some discussions about the human body in school education and other cultural pedagogies.

Keywords: Body History; Abjection; Science Education.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook